



Como a População Vê a Previdência Social?

Rafael Liberal Ferreira de Santana
Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários

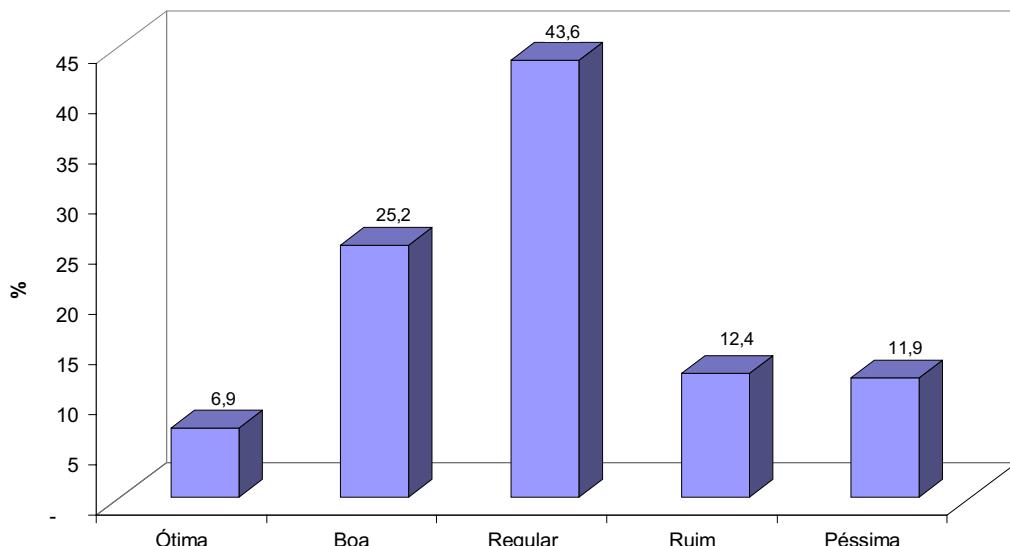
O Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS encomendou uma pesquisa de opinião ao Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda – P&A com o intuito de captar a imagem da Previdência Social junto aos trabalhadores brasileiros. O questionário foi aplicado a 3.066 trabalhadores filiados e não filiados ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001 (detalhes do escopo da pesquisa – vide box).

O presente artigo objetiva divulgar os principais resultados da pesquisa, contribuindo para subsidiar as ações do INSS e MPAS no sentido de esclarecimento da população em relação ao sistema previdenciário e aperfeiçoamento dos serviços.

Resultados

A pesquisa mostra que 75,7% dos entrevistados avaliam positivamente o INSS, sendo que deste percentual 6,9% o consideram ótimo, 25,2% o acham bom e 43,6% avaliam a instituição como regular (gráfico 1). A avaliação “boa”, com 25,2%, supera as avaliações “ruim” e “péssima”, que somadas representam 24,3% das respostas.

GRÁFICO 1
QUAL A AVALIAÇÃO DO INSS?



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A
Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.



BOX

Escopo da Pesquisa

A pesquisa foi encomendada pelo MPAS ao Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda – P&A, e foi realizada junto a 3.066 trabalhadores filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Os resultados são extrapoláveis ao universo e apresentam margem de erro de 1,8 ponto percentual para mais ou para menos na totalidade da amostra e nível de confiança de 95% (probabilidade de 95% em 100% dos resultados serem válidos para a totalidade da população estudada).

Foram contemplados 10 estados: Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Nestes estados, as cidades foram selecionadas de forma aleatória (exceto as capitais, consideradas de participação obrigatória), contemplando-se todos os portes, a saber: rural (até 20 mil habitantes), pequena (entre 20 mil e 50 mil hab.), média (entre 50 mil e 100 mil hab.), grande (entre 100 mil e 1 milhão de hab.) e capital (mais de 1 milhão de hab.).

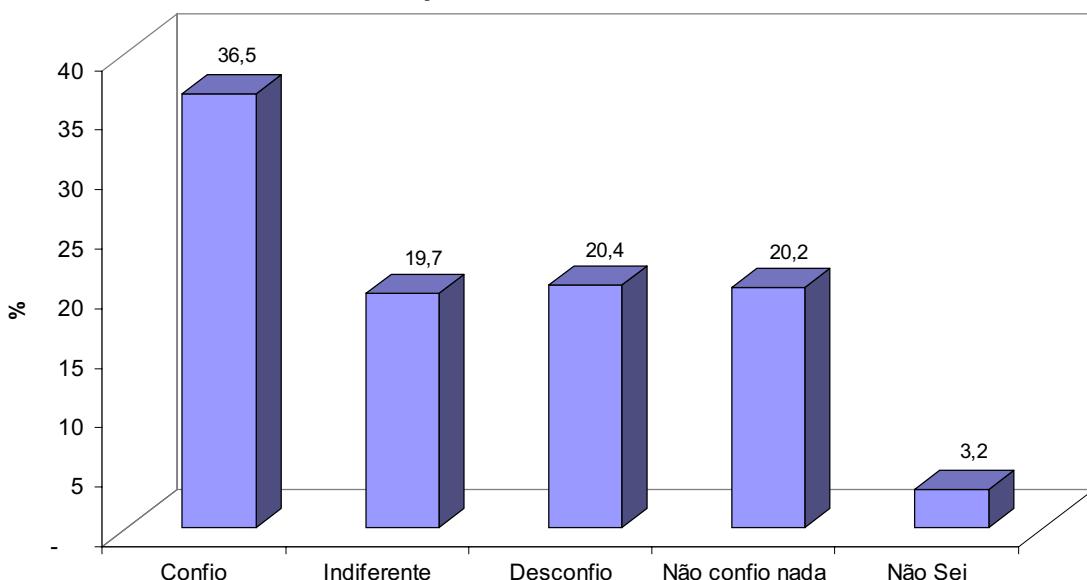
Em termos de população urbana e rural, a divisão dos entrevistados ficou em 88,3% residentes em zona urbana e 11,7% residentes em zona rural.

Na distribuição por sexo, a pesquisa obedeceu ao critério de cotas proporcionais à distribuição real da população brasileira. Assim, 48,5% da amostra entrevistada é do sexo masculino, enquanto 51,5% é do sexo feminino.

Tanto a população muito jovem (abaixo de 16 anos) quanto as pessoas com 55 anos ou mais foram excluídas da amostra. Desta forma, desconsiderando os extremos, a faixa etária da amostra é de pessoas entre 17 e 54 anos.

Outro importante resultado da pesquisa indica que 36,5% das pessoas confiam no INSS para planejar o futuro, como mostra o gráfico 2. Do total, 20,4% desconfiam do INSS, praticamente o mesmo percentual para as pessoas que não confiam na instituição (20,2%), e são indiferentes à questão 19,7% dos entrevistados.

GRÁFICO 2
QUAL A CONFIANÇA NO INSS PARA PLANEJAR O FUTURO?



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A
Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

EXPEDIENTE: Ministro da Previdência e Assistência Social: Roberto Lúcio Rocha Brant • Secretário Executivo: José Cechin • Secretário de Previdência Social: Vinícius Carvalho Pinheiro • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Geraldo Almir Arruda • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Rafael Liberal Ferreira de Santana • Corpo Técnico: Aline Diniz Amaral, Andrea Barreto de Paiva, Iracema Hitomi Fujiyama, Wagner Primo Figueiredo Júnior • Distribuição: Flávio Hitosi Ywata.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPAS. Também disponível na internet no endereço: www.previdenciasocial.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: Ministério da Previdência e Assistência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 317-5011. Fax (0XX61) 317-5408 • e-mail: cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br



PREVIDÊNCIA SOCIAL

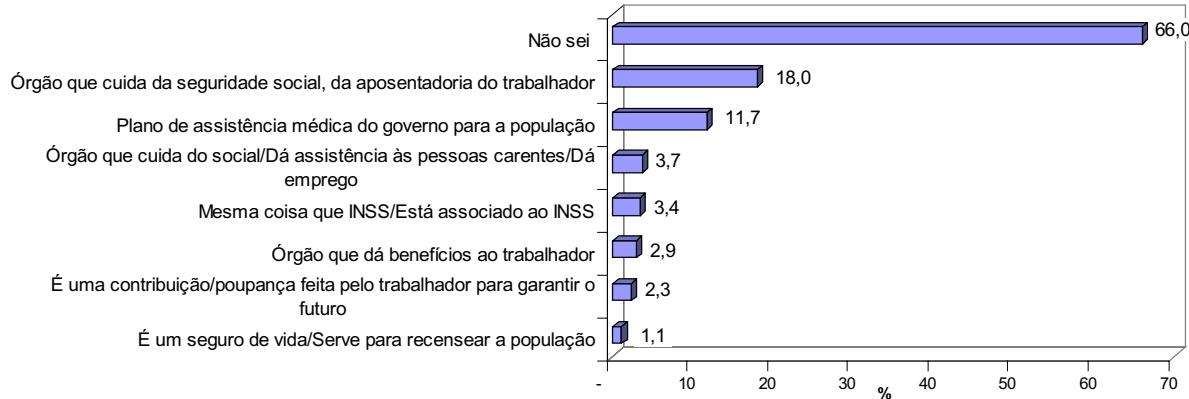
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dentre os diversos resultados da pesquisa, **dois aspectos merecem destaque especial: (i) o elevado desconhecimento acerca dos motivos para a existência do INSS ou sobre o que é a Previdência Social e (ii) a associação entre a imagem da Previdência e os serviços de saúde.**

De acordo com o gráfico 3, o conceito de Previdência Social não é claro para os entrevistados. Do total, 66% não sabem o que é Previdência Social e 11,7% associam Previdência com plano de saúde do governo. Somente 18% associam a Previdência Social à aposentadoria.

As pessoas que não sabem o que é Previdência Social ou que confundem Previdência e sistema de saúde provavelmente também não possuem uma visão correta de seus direitos como cidadãos.

**GRÁFICO 3
O QUE É PREVIDÊNCIA SOCIAL?**



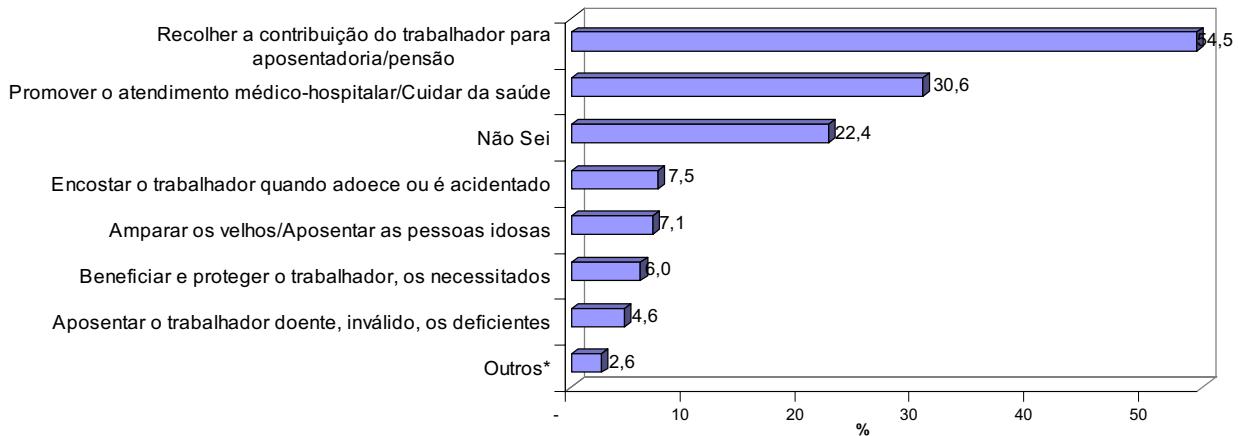
Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A
Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

Quando a pergunta refere-se aos motivos de existência do INSS, 54,5% destacam o caráter de recolhimento de contribuição para aposentadoria e pensão. Vale destacar que 30,6% acreditam que o INSS existe para promover o atendimento à saúde das pessoas. É uma parcela extremamente significativa, da ordem de 22,4%, não sabe o porquê da existência do INSS (gráfico 4).

**GRÁFICO 4
QUAIS OS MOTIVOS PARA A EXISTÊNCIA DO INSS?**



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A
Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

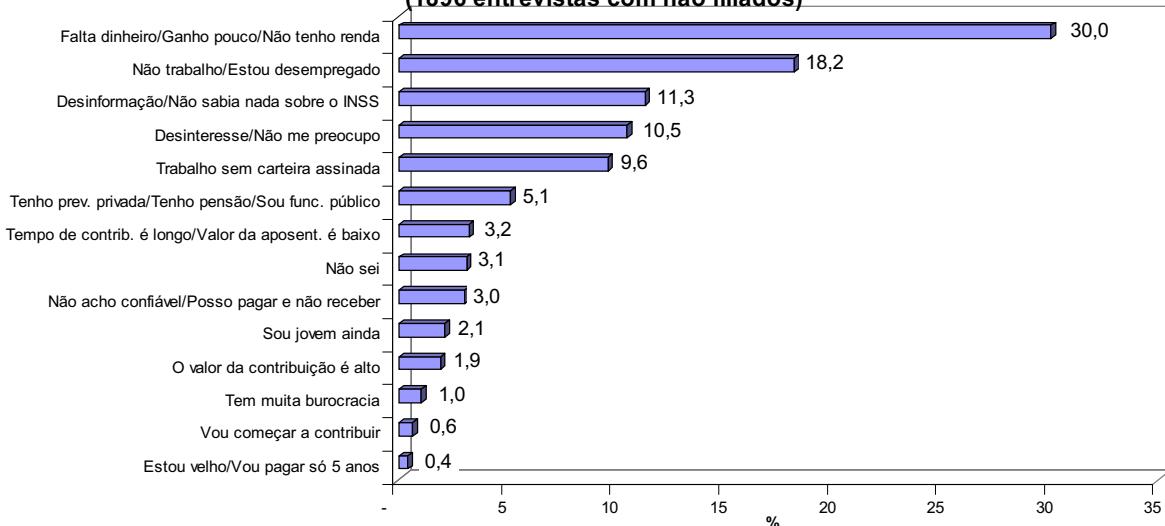
* Arrecadar dinheiro para o governo, descontar o salário do povo, pagar fundo de garantia, cuidar das crianças carentes, dar casa própria, é ineficiente, desvia recursos.



Os motivos mais alegados para a não filiação à Previdência Social são a falta de recursos (30%) e o desemprego (18%), características essas que não estão relacionadas à imagem da Previdência Social.

Dentro do universo de não-filiados ao INSS, a principal causa para não contribuírem é a falta de recursos. De acordo com o gráfico 5, 30% dos entrevistados alegaram insuficiência de renda. A falta de emprego vem em segundo lugar, com 18,2% das pessoas, seguida da desinformação sobre o INSS (11,3%), o desinteresse (10,5%) e a alegação de trabalho sem carteira assinada (9,6%). Importante observar que estes principais motivos estão associados mais às condições de vida das pessoas do que propriamente a um desgaste da imagem da instituição.

GRÁFICO 5
QUAIS OS MOTIVOS PARA NÃO CONTRIBUIR PARA O INSS?
(1896 entrevistas com não filiados)



Todos os trabalhadores com mais de 16 anos, empregados ou por conta própria, podem ser segurados da Previdência Social. Para tanto, é preciso efetuar a inscrição no Regime Geral de Previdência Social - RGPS e recolher as contribuições previdenciárias, que variam de acordo com a categoria.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A
Elaboração: SPS/MPAS

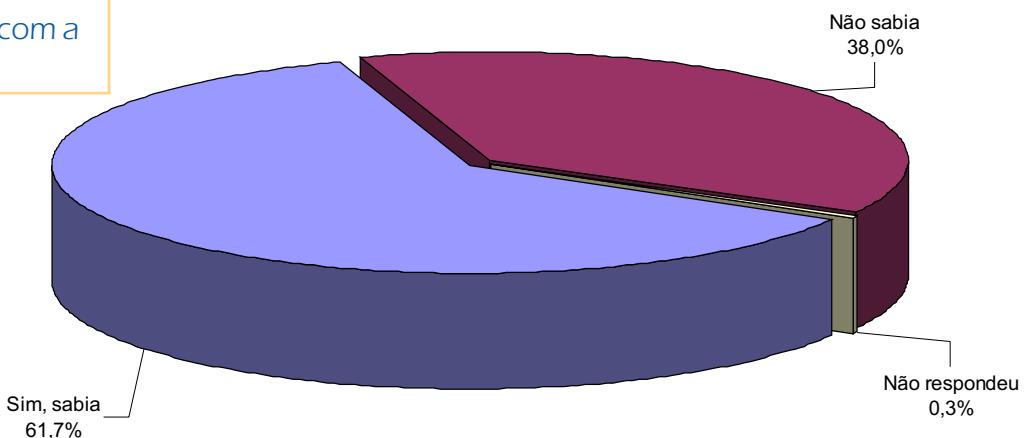
Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS,

entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

A alegação de não-contribuição em função do trabalho sem carteira vem de encontro com o apresentado no gráfico 6. Dentre os entrevistados, 38% não sabiam que um trabalhador pode vir a contribuir, mesmo sem estar com a carteira assinada.

GRÁFICO 6
SABIA QUE QUALQUER TRABALHADOR PODE SE FILIAR/CONTRIBUIR PARA O INSS, MESMO SEM TER CARTEIRA ASSINADA?



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A
Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS,

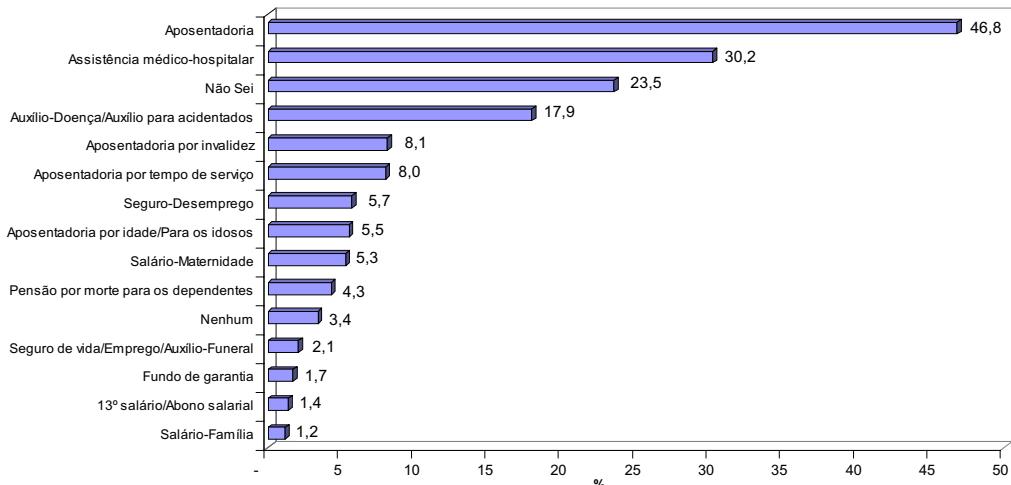
entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

Com relação ao conhecimento dos benefícios oferecidos pelo INSS, as pessoas apontam prioritariamente a aposentadoria (46,8%). Entretanto, a assistência médico-hospitalar aparece em segundo lugar, com 30,2% dos entrevistados confundindo saúde com previdência. O desconhecimento acerca de qualquer benefício também é muito alto, e vem em terceiro lugar, com 23,5% (gráfico 7).

30,2% das pessoas entrevistadas acham que o INSS promove assistência médico-hospitalar aos trabalhadores e 23,5% desconhecem qualquer benefício oferecido.

GRÁFICO 7
QUAIS OS BENEFÍCIOS OFERECIDOS AO TRABALHADOR BRASILEIRO PELO INSS?



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A

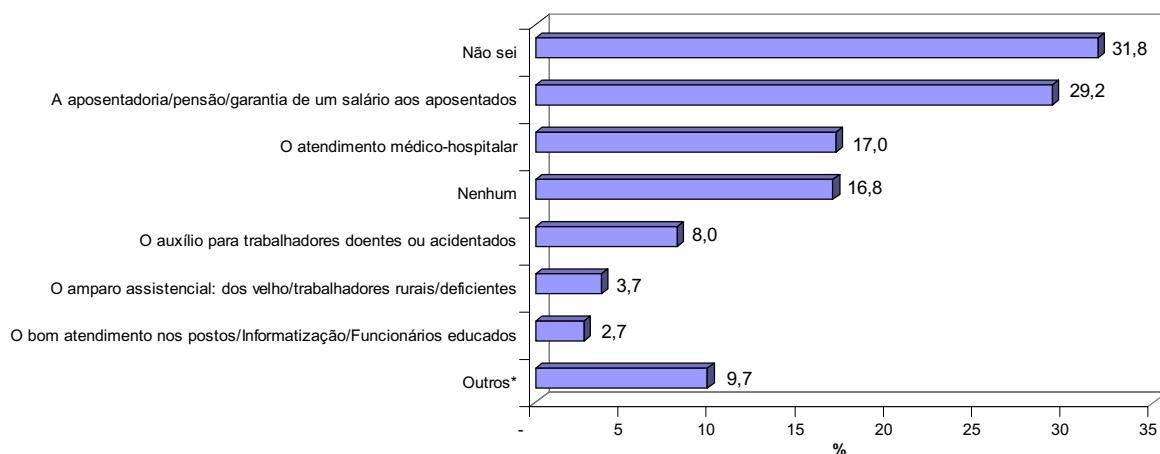
Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

Quando a pergunta é direcionada para os aspectos positivos do INSS, dentre as 4 respostas mais constantes, a aposentadoria e a pensão aparecem em segundo lugar, com 29,2%. A resposta “não sei” foi a mais freqüente, com 31,8% (gráfico 8). O atendimento médico-hospitalar, confundido mais uma vez, vem em terceiro lugar nos aspectos positivos, com 17%, praticamente o mesmo percentual da resposta “nenhum” (16,8%).

GRÁFICO 8
QUAIS OS ASPECTOS POSITIVOS DO INSS?



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A

Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

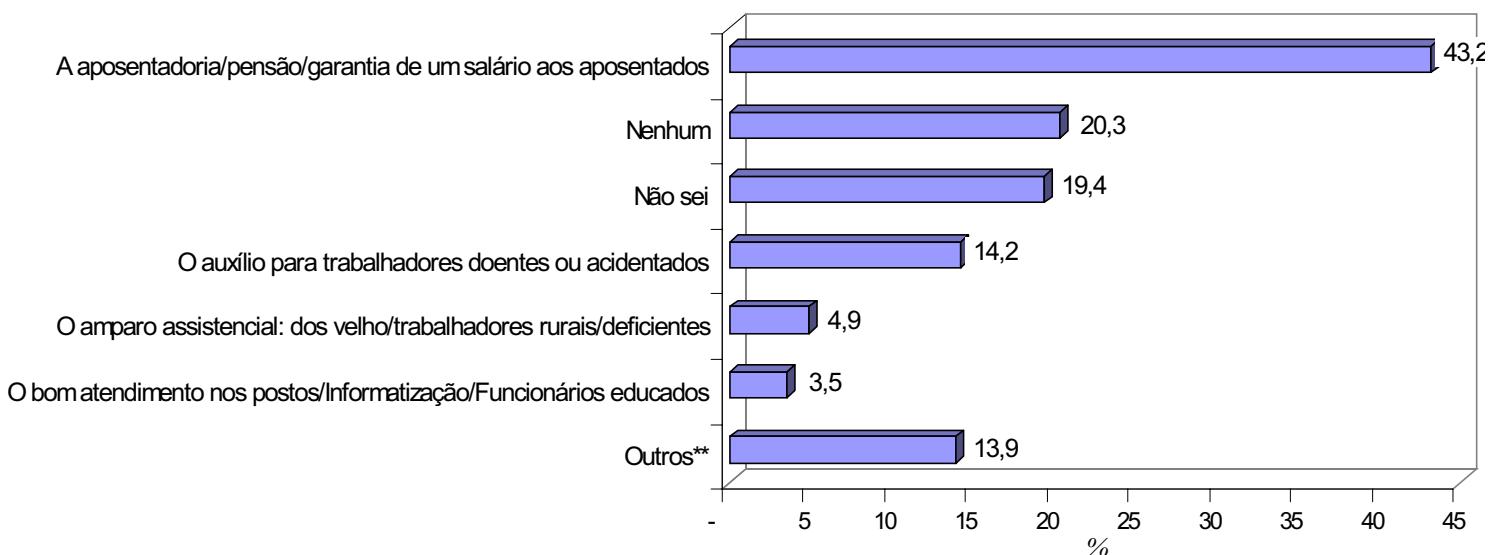
Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

* A concessão da aposentadoria por invalidez, o seguro-desemprego, o auxílio-maternidade, o salário-família, o fundo de garantia, a data certa do pagamento, o uso do cartão magnético para recebimento nos bancos, aumento n° de postos.



Mesmo considerando uma amostra mais restrita, descontaminada da influência das respostas que associaram o INSS com serviço de saúde, além de pessoas que ganham menos de 1 salário-mínimo e também excluídos os funcionários públicos, as respostas “nenhum” e “não sei” acerca dos aspectos positivos são bastante significativas, da ordem de 20,3% e 19,4% respectivamente, como mostra o gráfico 9. Neste universo de entrevistados, aposentadoria e pensão aparecem como o principal aspecto positivo, com 43,2% das respostas.

GRÁFICO 9
QUAIS OS ASPECTOS POSITIVOS DO INSS?
- AMOSTRA RESTRITA* -



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A

Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pergunta foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

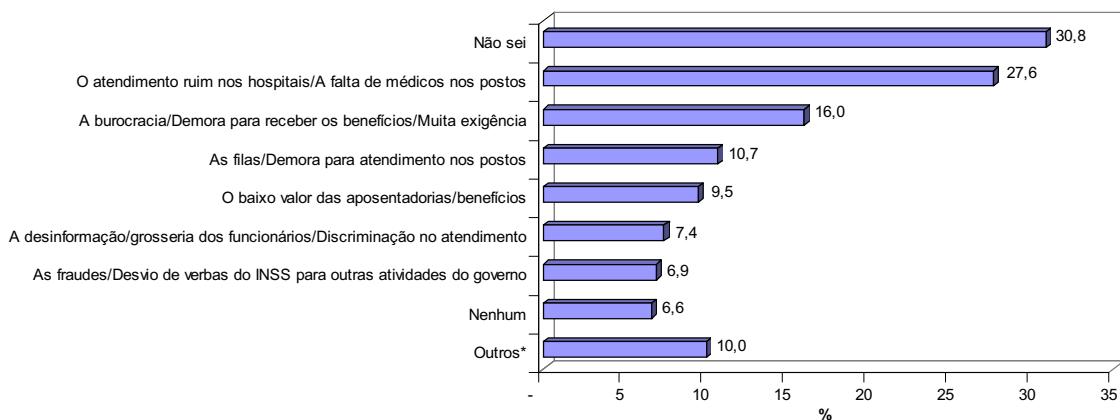
Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

* Do total de entrevistados (3.066), foram excluídos aqueles com renda até 1 salário-mínimo, funcionários públicos e entrevistados que associaram o INSS com o atendimento à saúde. Excluídas estas categorias, a amostra fica restrita a 920 casos.

** A concessão da aposentadoria por invalidez, o seguro-desemprego, o auxílio-maternidade, o salário-família, o fundo de garantia, a data certa do pagamento, o uso do cartão magnético para recebimento nos bancos, aumento nº de postos.

É interessante observar que a associação entre saúde e previdência afeta a imagem do INSS tanto pelo lado positivo como negativamente. A baixa qualidade no atendimento dos hospitais e a falta de médicos são considerados aspectos negativos do INSS para 27,6% das respostas. Este é o segundo item mais expressivo, aparecendo após a resposta “não sei”, com 30,8% (Gráfico 10).

GRÁFICO 10
QUAIS OS ASPECTOS NEGATIVOS DO INSS?



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A

Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pergunta foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

* O prazo longo de contribuição, idade avançada para concessão de benefício, o desconto no salário é alto, a perícia médica não avalia corretamente, não concede auxílio-funeral, não divulga os direitos dos segurados, as filas nos bancos, os cortes sem explicação ocorridos nas aposentadorias.

Pela amostra restrita, o aspecto negativo mais votado foi a burocracia e demora/exigência para recebimento dos benefícios, com 29,2% das respostas (gráfico 11). O desconhecimento da Instituição também se evidencia quando 19,5% dos entrevistados afirmam “não sei” quando indagados acerca dos aspectos negativos do INSS.

GRÁFICO 11
QUAIS OS ASPECTOS NEGATIVOS DO INSS?
- AMOSTRA RESTRITA* -



Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A

Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

* Do total de entrevistados (3.066), foram excluídos aqueles com renda até 1 salário-mínimo, funcionários públicos e entrevistados que associaram o INSS com o atendimento de saúde.

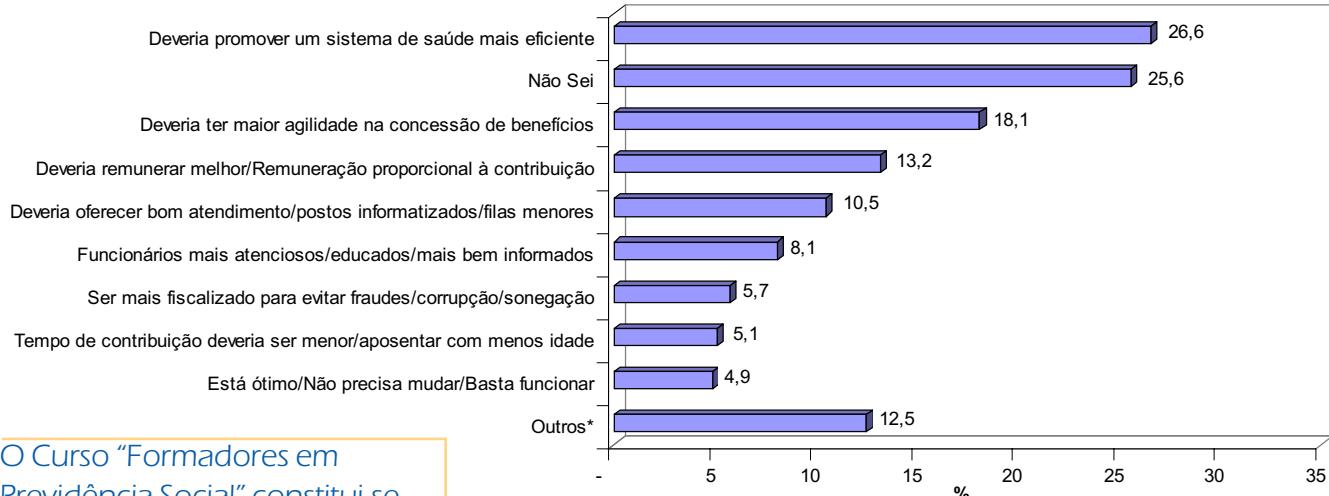
Excluídas estas categorias, a amostra fica restrita a 920 casos.

** O prazo longo de contribuição, idade avançada para concessão de benefício, o desconto no salário é alto, a perícia médica não avalia corretamente, não concede auxílio-funeral, não divulga os direitos dos segurados, as filas nos bancos, os cortes sem explicação ocorridos nas aposentadorias.



Quando questionados sobre o que seria um INSS ideal, o serviço público de saúde volta a ser evidenciado pelos entrevistados. Na amostra total, “promover um sistema de saúde mais eficiente” aparece em primeiro lugar, com 26,6%, seguido por “não sei”, com 25,6% (gráfico 12).

**GRÁFICO 12
QUAL O INSS IDEAL?**



O Curso “Formadores em Previdência Social” constitui-se em uma das ações do Programa de Estabilidade Social, e tem por finalidade divulgar conhecimentos da área previdenciária a membros de entidades organizadas para que esses, por seu turno, atuem como disseminadores no âmbito de sua esfera de influência.

As entidades organizadas podem exercer um papel fundamental na conscientização dos indivíduos sobre a importância da Previdência Social em suas vidas. As instituições representativas podem oferecer uma grande colaboração ao assumir um papel mais ativo na informação de seu público por apresentarem maior facilidade de acesso à comunidade que representam.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda - P & A

Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: A pesquisa foi realizada com 3.066 entrevistados, filiados e não filiados ao INSS, entre os dias 21 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001.

Obs2. No caso de soma de percentuais superior a 100%, existiram respostas múltiplas.

* Não negar aposentadoria ao trabalhador doente/velho/deficiente, beneficiar todas as pessoas, deveria acabar, deveria ser privatizado, deveria divulgar mais suas ações, benefícios e direitos dos segurados, diminuir o valor da contribuição, contribuição deveria ser opcional, deveria empregar o povo, ajudar os mais carentes.

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa comprovam a importância das ações de esclarecimento e conscientização sobre a Previdência Social junto a formadores de opinião e à população em geral que estão sendo realizadas no âmbito do **Programa de Estabilidade Social - PES**, criado em fevereiro de 2000 com o objetivo de aumentar a cobertura previdenciária.

Neste contexto, destaca-se a promoção de campanhas informativas que divulguem os princípios e objetivos da Previdência e veiculem as vantagens resultantes da filiação, seja mediante a oferta de **Cursos Formadores em Previdência Social**, seja por meio da distribuição de material didático e campanhas publicitárias.

O papel dos Comitês Regionais de Estabilidade Social na realização de parcerias locais é crucial para aumentar o nível de informação e, por consequência, a confiança na Previdência Social. Ao se difundir o que é a Previdência Social, que benefícios paga e como ela funciona, haverá maior consciência acerca da necessidade de filiação e maior pressão para que os seus problemas sejam resolvidos.

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC.

Saldo Previdenciário e Arrecadação

Déficit Previdenciário (INPC de mai/01)

No mês (mai)	R\$ 0,9 bilhão
Acum. no ano	R\$ 3,6 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 10,7 bilhões

O resultado previdenciário foi determinado pelos efeitos do reajuste do salário-mínimo, que aumentou em R\$ 280 milhões o gasto com benefícios.

O déficit da Previdência no mês de maio de 2001 foi de R\$ 879,7 milhões, resultado de uma arrecadação de R\$ 4,92 bilhões frente a um gasto com benefícios da ordem de R\$ 5,80 bilhões, como pode ser visto na tabela 1, o que representa aumento de 28,2% em relação a abril de 2001 e de 31,0% em relação a maio de 2000. O déficit dos cinco primeiros meses de 2001 alcançou R\$ 3,57 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 9,3% em relação ao mesmo período de 2000. O aumento do déficit em maio é explicado pelo impacto do reajuste do salário mínimo a partir de 01 de abril de 2001, que aumentou em R\$ 280 milhões o valor total de pagamento de benefícios no mês caixa maio, enquanto a arrecadação não sofreu influência expressiva.

TABELA 1

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Déficit Previdenciário
Mai/00, Abr/01 e Mai/01 - Valores em R\$ milhões de mai/01 - INPC

	mai/00 (A)	abr/01 (B)	mai/01 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a Mai/00	Acum. Jan. a Mai/01	Var. %
1. Arrecadação Líquida	4.710,4	4.809,6	4.918,4	2,3	4,4	22.537,1	24.042,3	6,7
Arrecadação Bancária (1)	4.375,2	4.496,1	4.576,0	1,8	4,6	20.940,8	22.392,2	6,9
SIMPLES	163,0	185,1	194,6	5,1	19,4	814,0	948,2	16,5
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	27,3	38,0	38,5	1,4	40,8	59,8	196,8	229,1
Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	3,7	0,3	1,1	254,0	(70,1)	15,9	5,1	(67,6)
Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	48,5	11,2	8,2	(27,2)	(83,2)	58,1	43,7	(24,9)
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	37,8	25,2	35,1	39,2	(7,1)	94,1	132,9	41,2
Quitação de Dívidas (6)	1,6	-	-	-	(100,0)	46,7	-	(100,0)
Depósitos Judiciais (7)	53,3	53,7	65,0	21,0	21,9	507,6	323,4	(36,3)
2. Benefícios Previdenciários	5.381,8	5.495,9	5.798,1	5,5	7,7	25.799,8	27.608,0	7,0
3. Saldo Previdenciário (1-2)	(671,4)	(686,3)	(879,7)	28,2	31,0	(3.262,7)	(3.565,8)	9,3

Fonte: INSS

Elaboração: SPS/MPAS

(1) Deduzida a transferência a terceiros e as restituições de arrecadação. Esta rubrica contém a contribuição sobre folha de salários.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto á Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Quitação de dívidas de: jan/00 - Fundação IBGE; mai/00 - CODESA.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).



A arrecadação do SIMPLES tem apresentado crescimento significativo em relação ao ano de 2000. Este crescimento ocorreu em razão da sua ampliação para creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, e do bom desempenho da economia no primeiro quadrimestre do ano.

Na arrecadação, houve um aumento de 2,3% em relação ao mês de abril de 2001 e de 4,4% em relação ao mês de maio de 2000.

A arrecadação do SIMPLES, da ordem de R\$ 194,6 milhões em maio, cresceu 5,1% em relação à arrecadação do mês anterior e a arrecadação acumulada no ano, de R\$ 948,2 milhões, cresceu 16,5% em relação ao mesmo período de 2000.

Os recursos provenientes do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS alcançaram o valor de R\$ 38,5 milhões, o que representa 1,4% a mais em relação ao valor arrecadado em abril.

Em maio, a recuperação de créditos junto aos hospitais, através do repasse do Fundo Nacional de Saúde - FNS, resultou em R\$ 1,1 milhão. No resultado acumulado do ano, verifica-se decréscimo de 67,6% em relação ao ano anterior, explicado pela opção das empresas de saúde pelo parcelamento no âmbito do REFIS.

Foram resgatados junto ao Tesouro Nacional R\$ 8,2 milhões de Certificados da Dívida Pública – CDPs, cerca de 27,2% a menos do que o valor resgatado no mês de abril. Este tipo de receita depende do resultado de leilões, apresentando resultados muito variáveis. Em relação ao acumulado no ano de 2000 os valores resgatados em 2001 diminuíram 24,9%.

As receitas de repasse do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES atingiram o valor de R\$ 35,1 milhões, cerca de 39,2% maior que a receita do mês anterior. Nos primeiros cinco meses de 2001 esta receita atingiu R\$ 132,9 milhões, 41,2% mais que no ano anterior, em razão da ampliação do programa de financiamento.

O ingresso em abril de depósitos judiciais foi de R\$ 65,0 milhões, com aumento de 21,0% em relação ao mês anterior. No acumulado do ano, houve diminuição de 36,3% em relação a 2000. Este tipo de receita apresenta resultados muito diferenciados a cada mês, por sua própria natureza.

Despesas

O gasto com benefícios previdenciários atingiu no mês de maio de 2001 R\$ 5,80 bilhões, um crescimento de 5,5% em relação ao mês anterior e de 7,7% em relação ao mesmo mês de 2000. Os valores acumulados no ano de 2001 chegaram a R\$ 27,61 bilhões, apresentando um crescimento de 7,0% em relação ao mesmo período de 2000 (R\$ 25,80 bilhões). O aumento do gasto com benefícios no mês de maio ocorreu em virtude do reajuste do salário mínimo, que foi responsável por um acréscimo de R\$ 280 milhões no valor total dos benefícios pagos.

Em maio, foram concedidos 326,5 mil benefícios, o que significou um crescimento de 13,0% em relação ao mês anterior, e de 24,2% em relação a maio de 2000 (tabela 2). Nos cinco primeiros meses de 2001 a quantidade de concessões cresceu 18,4% em relação ao mesmo período de 2000. Este resultado, em relação ao ano anterior, foi influenciado pelo aumento expressivo na quantidade de salários-maternidade concedidos, cerca de 52,5%. Excluindo-se os salários-maternidade concedidos, o crescimento do número de benefícios foi de apenas 7,50%.

TABELA 2
Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos
pela Previdência Social - Mai/00, Abr/01 e Mai/01

	Mai/00 (A)	Abr/01 (B)	Mai/01 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a Mai/00	Acum. Jan. a Mai/01	Var. %
TOTAL	262.986	288.912	326.546	13,0	24,2	1.149.548	1.360.896	18,4
PREVIDENCIÁRIOS	227.624	254.144	286.537	12,7	25,9	987.690	1.198.376	21,3
Aposentadorias	64.399	57.331	66.564	16,1	3,4	276.245	269.153	(2,6)
Idade	39.497	33.669	38.408	14,1	(2,8)	163.041	156.626	(3,9)
Invalidez	13.224	13.262	14.635	10,4	10,7	62.470	63.788	2,1
Tempo de Contribuição	11.678	10.400	13.521	30,0	15,8	50.734	48.739	(3,9)
Pensão por Morte	24.685	24.495	27.760	13,3	12,5	119.656	123.237	3,0
Auxílio-Doença	69.845	84.341	91.643	8,7	31,2	312.340	380.572	21,8
Salário-Maternidade	68.365	87.583	100.145	14,3	46,5	277.720	423.604	52,5
Outros	330	394	425	7,9	28,8	1.729	1.810	4,7
ACIDENTÁRIOS	14.717	16.142	17.399	7,8	18,2	70.591	75.378	6,8
Aposentadorias	678	811	864	6,5	27,4	3.613	3.753	3,9
Pensão por Morte	219	194	221	13,9	0,9	1.124	978	(13,0)
Auxílio-Doença	12.591	14.068	14.922	6,1	18,5	59.482	64.494	8,4
Auxílio-Accidente	1.135	967	1.256	29,9	10,7	5.812	5.520	(5,0)
Auxílio-Suplementar	94	102	136	33,3	44,7	560	633	13,0
ASSISTENCIAIS	20.645	18.626	22.610	21,4	9,5	91.267	87.142	(4,5)
Amparos Assistenciais - LOAS	20.535	18.565	22.544	21,4	9,8	90.693	86.784	(4,3)
Idoso	10.033	8.900	10.848	21,9	8,1	45.661	43.034	(5,8)
Portador de Deficiência	10.502	9.665	11.696	21,0	11,4	45.032	43.750	(2,8)
Pensões Mensais Vitalícias	61	36	36	0,0	(41,0)	291	225	(22,7)
Rendas Mensais Vitalícias	49	25	30	20,0	(38,8)	283	133	(53,0)
Idade	10	2	8	300,0	(20,0)	42	20	(52,4)
Invalidez	39	23	22	(4,3)	(43,6)	241	113	(53,1)

Fonte : Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

A Previdência Social atingiu no mês de maio a marca de 19,8 milhões de benefícios pagos, um crescimento de 0,3% em relação ao mês de abril. O ritmo de crescimento do estoque vem caindo nos últimos anos. De acordo com a Tabela 3, a média de benefícios emitidos entre janeiro e maio passou de um incremento de 5,7% entre 1997 e 1998 para 3,6% entre 2000 e 2001. A principal explicação é a forte queda do incremento de Aposentadorias por Tempo de Contribuição - ATCs - no sistema, que após terem atingido 15,8% entre 1997 e 1998, cresceram apenas 1,8% entre 2000 e 2001.

TABELA 3
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos
pela Previdência Social 1995-01 (Média entre Janeiro e Maio)

	Média entre Janeiro e Maio					Var. entre os períodos (%)			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	00/01
TOTAL	16.709.471	17.658.837	18.323.962	18.997.821	19.691.152	5,7	3,8	3,7	3,6
PREVIDENCIÁRIOS	14.538.272	15.319.150	15.830.726	16.384.961	16.959.330	5,4	3,3	3,5	3,5
Aposentadorias	9.541.780	10.131.894	10.544.516	10.923.854	11.249.654	6,2	4,1	3,6	3,0
Idade	4.854.733	4.982.567	5.196.678	5.412.753	5.629.672	2,6	4,3	4,2	4,0
Invalidez	2.035.775	2.078.918	2.132.095	2.214.153	2.264.212	2,1	2,6	3,8	2,3
Tempo de Contribuição	2.651.272	3.070.410	3.215.744	3.296.948	3.355.769	15,8	4,7	2,5	1,8
Pensão por Morte	4.427.577	4.640.000	4.749.969	4.905.521	5.069.202	4,8	2,4	3,3	3,3
Auxílio-Doença	526.904	503.646	487.721	458.721	496.628	-4,4	-3,2	-5,9	8,3
Salário-Maternidade	21.047	26.697	34.695	82.896	128.149	26,8	30,0	138,9	54,6
Outros	20.963	16.914	13.825	13.969	15.697	-19,3	-18,3	1,0	12,4
ACIDENTÁRIOS	598.298	626.096	642.119	655.366	671.977	4,6	2,6	2,1	2,5
ASSISTENCIAIS	1.572.901	1.713.591	1.851.117	1.957.493	2.059.845	8,9	8,0	5,7	5,2

Fonte : Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS



O efeito da queda do ritmo de crescimento das ATCs na despesa pode ser visto nos Gráficos 1 e 2 a seguir. Em 1998, a participação do gasto com ATC no total era de 39,7%, e em 2001 ficou em 36,5%, uma queda de 3,2 pontos percentuais. O gasto com ATCs é o componente de maior peso na despesa total de benefícios, e o Gráfico 2 ilustra a trajetória desta despesa comparada à de outras principais espécies.

GRÁFICO 1
Evolução da Composição da Despesa com Benefícios Emitidos
pela Previdência Social 1995-2001 (Acumulado de Janeiro a Maio)

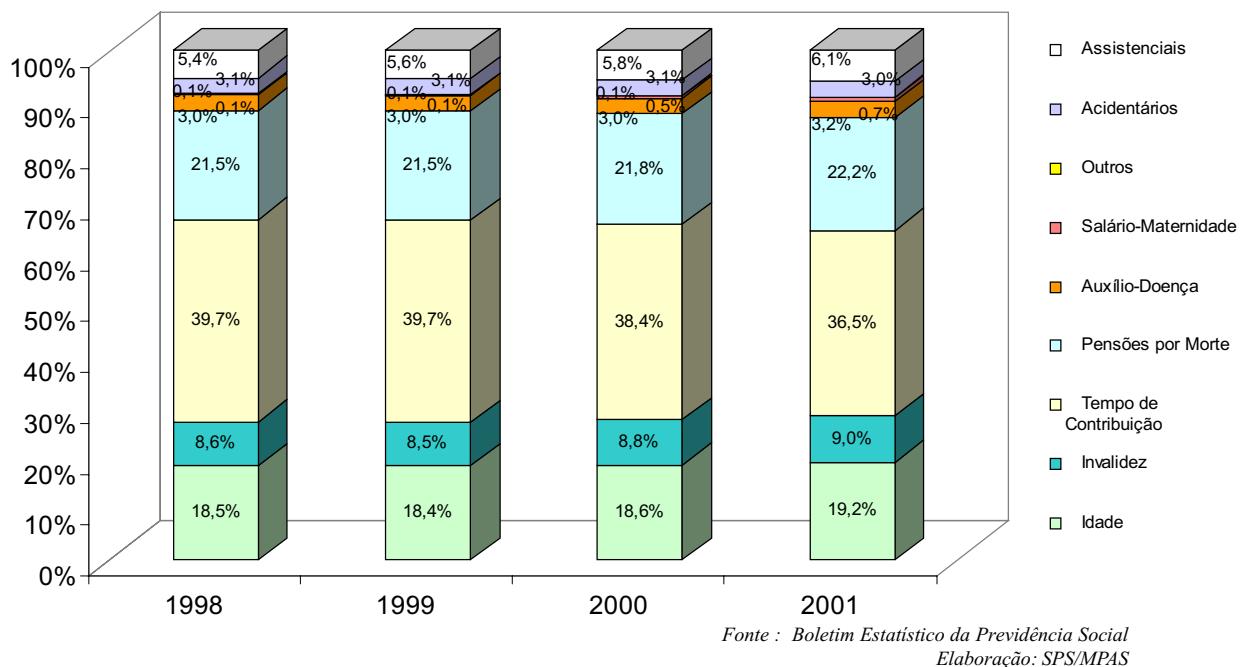


GRÁFICO 2
Evolução da Despesa com Benefícios Emitidos
pela Previdência Social 1995-2001 (Acumulado de Janeiro a Maio)
- Valores em R\$ milhões de Mai/01 (INPC) -

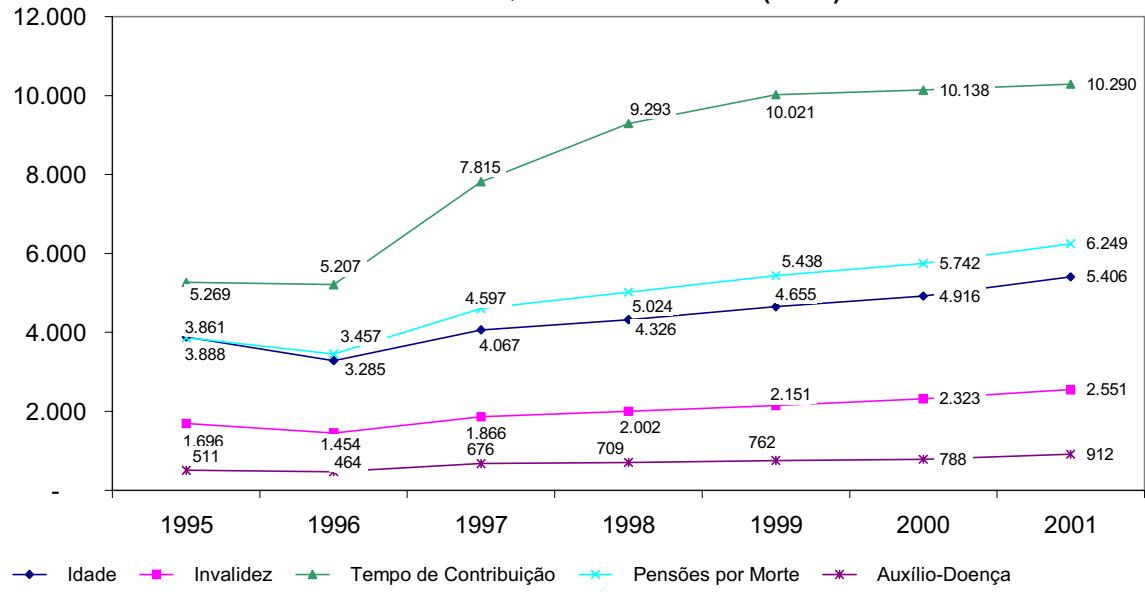




Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2001 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa													
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acum. 2001
1. SALDO INICIAL	1.372.246	1.697.218	1.517.015	1.62.126	2.333.360	1.727.451	1.727.451	1.727.451	1.727.451	1.727.451	1.727.451	1.727.451	1.372.246
2. RECEBIMENTOS	6.855.117	6.053.926	6.017.432	7.569.230	6.111.645								32.628.351
- Arrecadação Bancária	5.233.265	5.000.184	5.152.585	5.549.155									25.730.033
- SIMPLES ⁽¹⁾	4.887.852	4.945.553	4.702.970	4.959.504	4.928.179								24.201.887
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIIS ⁽²⁾	231.265	164.059	162.195	184.007	194.575								38.141
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	40.959	38.056	39.058	37.558	38.491								194.354
- Certificados do Débito Pública - CDPs ⁽⁴⁾	1.698	1.185	770	309	1.101								5.063
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	1.883	13.304	8.675	11.144	8.156								45.173
- Outras despesas de Investimento ⁽⁶⁾	31.038	17.434	22.647	25.086	35.116								131.391
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-								-
- Restituições de Arrendação	70.456	48.391	95.106	53.387	64.989								319.328
22. RENDIMENTOS FINANCEIROS	(11.785)	(20.175)	(21.247)	(16.611)	(21.451)								(62.274)
23. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	3.168	3.275	3.052	3.537	3.647								16.79
24. ANTICIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾	10.229	12.710	14.319	9.029	12.605								59.532
25. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	(473.873)	(598.183)	(527.986)	(11.941)	(16.588)								(147.513)
- Recursos Ordinários	2.111.837	1.532.249	1.527.864	2.385.138	729.651								8.285.540
- Saldo de Exercícios Anteriores	17.251	20.377	96.208	100.290	183.026								417.151
- Operações de Crédito Externa	271.371	4.927	-	-	-								276.298
- COFINS	1.326.119	865.174	859.113	14.827.899	180.300								471.495
- COFINS/LOAS	190.802	189.723	191.000	392.730	40.000								104.255
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	60.321	72.861	62.000	86.487	3.830								285.170
- Desvalores do Plano de Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	7	-	-	(0)								6
- Desvinculação de Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-								-
- Comissão sobre Lucro	11.074	15.181	19.542	20.842	22.526								86.165
- Comissão Provisória s/ Mov. Financeira - CPNF	235.000	365.000	300.000	300.000	300.000								1.500.000
3. PAGAMENTOS	6.580.145	6.234.129	6.372.321	6.388.906	6.717.554								32.279.345
3.1. PAGAMENTOS INSS	5.946.130	5.919.971	6.019.569	6.018.555	6.386.814								30.282.539
3.1.1. BENEFÍCIOS	5.504.174	5.965.286	5.965.335	5.711.989	6.081.963								28.555.158
3.1.1.1. PREVIDENDÁRIOS ⁽⁹⁾	5.260.031	5.301.791	5.448.051	5.468.757	5.798.067								27.272.897
- Benefícios Provisionados	5.324.977	5.326.672	5.479.804	5.569.915	5.687.365								27.480.334
- Desvalores de Benefícios	(64.394)	(37.353)	(44.659)	(44.659)	(39.298)								(27.837)
3.1.2. NÃO-PREVIDENDÁRIOS	244.144	260.495	247.284	247.243	283.896								1.285.061
3.1.2.1. EPF/T.N.	56.775	71.707	54.077	51.494	50.975								286.028
3.1.2.3. LOSAS	187.363	186.768	193.207	186.748	232.921								-
3.1.2. PESSOAL ⁽¹⁰⁾	283.694	191.876	192.074	192.174	194.433								986.033
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹¹⁾	178.662	150.809	122.160	114.582	110.418								1.040.260
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹²⁾	61.315	32.157	32.753	37.241	33.740								1.939.606
4. ARRECADAÇÃO LIQUIDA (21. - 3.2)	4.619.559	4.777.717	4.647.431	4.782.344	4.918.415								23.747.458
5. SALDO PREVIDENCIAL (4. - 3.1.1)	(640.480)	(522.074)	(80.620)	(682.412)	(879.652)								(3.525.239)
6. SALDO ARREC. LIQ. BENEF. (4. - 3.1.1)	(814.624)	(781.568)	(1.047.904)	(629.655)	(1.163.568)								(4.809.300)
7. SALDO OPERACIONAL (2. - 3)	324.973	(181.203)	(354.889)	1.171.234	(605.909)								355.206
8. SALDO FINAL (1. - 2. - 3) ⁽¹³⁾	1.687.248	1.517.015	1.162.126	2.333.360	1.727.451								1.697.218

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEPSPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida para União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados

(3) Dívida dos hospitais juntó à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional

(5) Divida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Não houve ingresso de receita oriunda de Quitação de dívidas no ano de 2001

(7) Retenção de parcela de crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento a cargo da Previdência Social.

(10) Reúne pagamentos realizados a avios, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros; Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio; GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS (salário Educação), INCTRA, DPC/DF/DEP, Marítimo, SDR/MARARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SERBÁE, SENAT, SEST, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2
Fluxo de Caixa - Maio de 2001 (R\$ mil de mai/01 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Valores em R\$ mil de maio de 2001 (INPC)								
	mai/00	abr/01	mai/01	Var. III/II		Acum. Jan. a Mai./00	Acum. Jan. a Mai./01	Var. Acum. V/IV	
				Em %	Em %			V	Em %
1. SALDO INICIAL	967.835	1.168.751	2.333.360	99,6	141,1	707.647	1.405.192	98,6	
2. RECEBIMENTOS	6.436.351	7.603.323	6.111.645	(19,6)	(5,0)	30.748.075	33.037.003	7,4	
2.1. ARRECADADAÇÃO									
- Arrecadação Bancária	5.048.583	5.181.955	5.249.155	1,3	4,0	24.299.289	26.060.856	7,2	
- SIMPLES ⁽¹⁾	4.729.707	4.887.203	4.928.179	0,8	4,2	22.761.428	24.505.095	7,7	
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾	162.955	185.056	194.575	5,1	19,4	814.040	948.157	16,5	
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	27.330	37.974	38.491	1,4	40,8	59.813	196.829	229,1	
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Pátria - FND ⁽⁴⁾	3.681	311	1.101	254,0	(70,1)	15.880	5.139	(67,6)	
- Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾	48.494	11.208	8.156	(27,2)	-	58.142	43.658	(24,9)	
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	37.795	25.229	35.116	39,2	(7,1)	94.139	132.933	41,2	
- Quitação de Dívidas ⁽⁶⁾	1.616	-	-	-	-	46.656	-	(100,0)	
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	53.307	53.692	64.989	21,0	21,9	507.601	323.391	(36,3)	
- Restituições de Arrecadação	(16.302)	(18.717)	(21.451)	14,6	31,6	(58.410)	(94.347)	61,5	
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	3.527	3.557	3.647	2,5	3,4	17.252	16.880	(2,2)	
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	13.542	9.080	12.605	38,8	(6,9)	86.241	60.340	(30,0)	
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾	50.623	12.009	116.588	870,9	130,3	42.006	(1.501.667)	(3.674,9)	
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.320.075	2.396.722	729.651	(69,6)	(44,7)	6.303.287	8.400.594	33,3	
- Recursos Ordinários	45.004	100.861	183.026	81,5	306,7	232.086	419.886	80,9	
- Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	282.907	-	
- Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	
- COFINS	792.085	1.491.241	180.300	(87,9)	(77,2)	1.968.890	4.782.392	142,9	
- COFINS/LOAS	181.443	394.969	40.000	(89,9)	(78,0)	815.597	1.017.385	24,7	
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	67.036	86.980	3.800	(95,6)	(94,3)	319.383	289.367	(9,4)	
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	(0)	-	-	-	6	-	
- Desvinc. de Impostos e Contribuições	(358.029)	-	-	-	(100,0)	308	-	(100,0)	
- Contrib. Social sobre Lucro	-	20.961	22.526	7,5	-	-	90.115	-	
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	592.536	301.710	300.000	(0,6)	(49,4)	2.967.022	1.518.537	(48,8)	
3. PAGAMENTOS	6.279.550	6.425.413	6.717.554	4,5	7,0	30.328.856	32.675.766	7,7	
3.1. PAGAMENTOS INSS	5.941.333	6.053.062	6.386.814	5,5	7,5	28.566.639	30.657.180	7,3	
3.1.1. BENEFÍCIOS	5.625.029	5.744.558	6.081.963	5,9	8,1	26.929.446	28.906.814	7,3	
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS ⁽⁹⁾	5.381.762	5.495.906	5.798.067	5,5	7,7	25.799.772	27.608.030	7,0	
- Benefícios Provisionados	5.406.818	5.540.316	5.837.365	5,4	8,0	25.941.536	27.818.655	7,2	
- Devolução de Benefícios	(25.056)	(44.410)	(39.298)	(11,5)	56,8	(141.764)	(210.624)	48,6	
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	243.267	248.652	283.896	14,2	16,7	1.129.675	1.298.784	15,0	
3.1.2.1. EPU T.N.	61.755	51.788	50.975	(1,6)	(17,5)	314.102	288.813	(8,1)	
3.1.2.2. LOAS	181.512	196.864	232.921	18,3	28,3	815.572	1.009.971	23,8	
3.1.2. PESSOAL ⁽¹⁰⁾	197.464	193.269	194.433	0,6	(1,5)	1.102.861	1.054.156	(4,4)	
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹¹⁾	118.840	115.235	110.418	(4,2)	(7,1)	534.331	696.209	30,3	
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹²⁾	338.217	372.351	330.740	(11,2)	(2,2)	1.762.217	2.018.587	14,5	
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.3)	4.710.367	4.809.604	4.918.415	2,3	4,4	22.537.072	24.042.269	6,7	
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(671.396)	(686.302)	(879.652)	28,2	31,0	(3.262.700)	(3.565.761)	9,3	
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(914.663)	(934.954)	(1.163.548)	24,4	27,2	(4.392.374)	(4.864.545)	10,7	
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	156.801	1.177.910	(605.909)	(151,4)	(486,4)	419.219	361.236	(13,8)	
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹³⁾	1.124.637	2.346.660	1.727.451	(26,4)	53,6	1.124.637	1.727.451	53,6	

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Quitação de dívidas de: jan/00 - Fundação IBGE; mai/00 - CODESA; ago/00 - Rede Ferroviária Federal; set/00 - LLOYDBRÁS.

(7) Retenção de parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes Órgãos: FNDE (sálario educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de mai/01 - INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1) (A)	Transferências a Terceiros (B)	Arrecadação Líquida C = (A - B)	Benefícios Previdenciários (2) (3) (4) (5) (D)	Valores em R\$ milhões de maio/01 - INPC	
					Relação % E=(D/C)	Saldo F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de maio do ano correspondente, a preços de mai/01 (INPC)						
1990	15.963	887	15.076	8.564	57	6.512
1991	15.648	1.022	14.626	9.753	67	4.873
1992	14.407	872	13.535	8.621	64	4.914
1993	16.112	1.186	14.926	13.652	91	1.274
1994	14.648	1.085	13.563	13.061	96	501
1995	19.923	1.731	18.192	16.379	90	1.813
1996	20.661	1.709	18.952	19.670	104	(718)
1997	22.748	1.687	21.061	21.084	100	(24)
1998	22.746	1.313	21.433	23.487	110	(2.054)
1999	22.835	1.578	21.256	24.850	117	(3.594)
2000	24.299	1.762	22.537	25.800	114	(3.263)
2001	26.061	2.019	24.042	27.608	115	(3.566)
mai/99	4.570	299	4.271	4.974	116	(703)
jun/99	4.667	294	4.373	5.038	115	(665)
jul/99	4.723	312	4.411	5.213	118	(803)
ago/99	4.671	267	4.404	5.174	117	(770)
set/99	4.665	300	4.366	5.157	118	(792)
out/99	4.651	342	4.309	5.217	121	(908)
nov/99	4.626	322	4.304	5.640	131	(1.336)
dez/99	8.054	297	7.757	9.433	122	(1.677)
jan/00	4.775	515	4.261	5.044	118	(784)
fev/00	4.728	322	4.406	5.040	114	(634)
mar/00	4.954	284	4.670	5.153	110	(483)
abr/00	4.794	304	4.490	5.180	115	(691)
mai/00	5.049	338	4.710	5.382	114	(671)
jun/00	5.064	317	4.747	5.431	114	(684)
jul/00	5.144	327	4.817	5.509	114	(692)
ago/00	5.211	332	4.880	5.506	113	(627)
set/00	5.052	362	4.691	5.560	119	(869)
out/00	5.029	351	4.678	5.625	120	(947)
nov/00	5.025	338	4.687	6.107	130	(1.420)
dez/00	8.251	336	7.915	10.025	127	(2.110)
jan/01	5.359	628	4.730	5.386	114	(656)
fev/01	5.200	329	4.871	5.403	111	(532)
mar/01	5.071	358	4.713	5.525	117	(812)
abr/01	5.182	372	4.810	5.496	114	(686)
mai/01	5.249	331	4.918	5.798	118	(880)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: CGEP/SPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

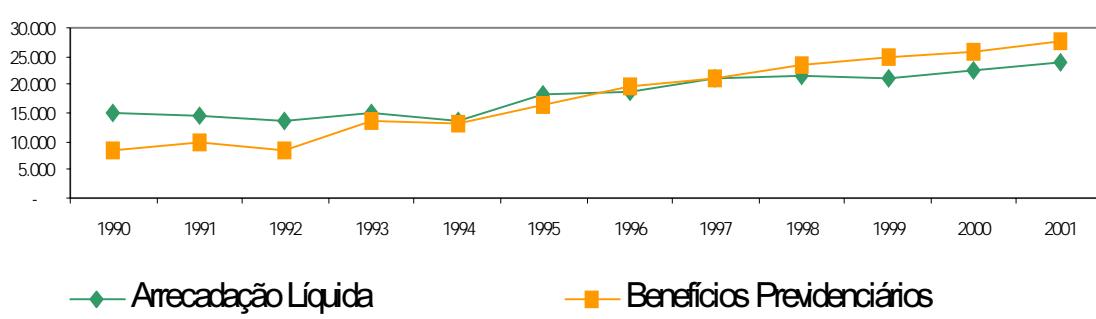
(2) Para os anos de 1990 a 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios

(acumulados até o mês de maio de cada ano, em R\$ milhões de mai/01 - INPC C)





REMETENTE: Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0XX61) 317-5011
Fax: (0XX61) 317-5408
e-mail: cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br
70 059-900 – Brasília-DF

DESTINATÁRIO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

IMPRESSO